

# **ANÁLISE DE NÍVEL DE ACESSIBILIDADE NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DA CIDADE DE JACIARA-MT : ESTUDO DE CASO**

Amanda Carolina Miranda Reis<sup>1</sup>

Vagner Haubricht Pinheiro<sup>2</sup>

## **RESUMO**

Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar o nível de adequação das Escolas Municipais de Jaciara – MT quanto a Norma 9050/2015 de acessibilidade. A engenharia arquitetônica tem a possibilidades de dar condições de acessibilidade, com o objetivo de minimizar a dificuldade de locomoção que as pessoas com mobilidade reduzida permanente ou temporária encontram no seu dia a dia, principalmente em ambientes públicos. Foram analisadas através de visitas em loco quatro Escolas Municipais do Ensino Fundamental, onde se verificou a existência de rampas de acesso, corrimãos, medidas das portas, espaços nos banheiros e o acesso livre a todos os ambientes. Os dados levantados foram analisados de acordo com a Lei NBR-9050 da Associação de Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Os itens e ambientes foram registrando através de fotos e medições. Após visita e análise dos dados levantados nas escolas, foi possível constatar que a sociedade ainda não compreende a importância e a necessidade de um Projeto detalhado, elaborado por um profissional capacitado. E observou-se que as escolas analisadas, algumas possuem os itens e ambientes recomendados, porém ainda necessitam de adaptadas para se adequarem as exigências básicas da acessibilidade arquitetônica.

**Palavras-Chave: Engenharia; Norma 9050; Mobilidade reduzida.**

<sup>1</sup>Graduanda em Engenharia Civil ,pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço (EDUVALE) – Jaciara, MT. E-mail: [ammandarcm@gmail.com](mailto:ammandarcm@gmail.com)

<sup>2</sup>Docente no curso de Engenharia Civil da Faculdade Eduvale, Mestrado em Gestão e Tecnologia Ambiental (UFR), Especialista em Engenharia da Qualidade (UFMT), Engenheiro de Segurança do Trabalho (UNIC), Tecnólogo em Gestão Ambiental (UMESP).

## **ANALYSIS OF LEVEL OF ACCESSIBILITY IN MUNICIPAL PUBLIC SCHOOLS IN THE CITY OF JACIARA-MT: CASE STUDY**

### **ABSTRACT**

This research has as main objective to analyze the adequacy level of the Municipal Schools of Jaciara - MT regarding the 9050 Accessibility Standard. Architectural engineering has the possibility of providing accessibility conditions, with the objective of minimizing the mobility difficulties that people with permanent or temporary reduced mobility encounter in their daily lives, especially in public environments. Four Municipal Schools of Elementary Education were visited on the spot, where access ramps, handrails, door measures, spaces in bathrooms and free access to all environments were found. The data collected will be analyzed in accordance with Law NBR-9050 of the Brazilian Association of Technical Standards (ABNT). The items and environments were recorded through photos and measurements. After visiting and analyzing the data collected in schools, it was possible to verify that society still does not understand the importance and the need for a detailed Project, prepared by a trained professional. And it was observed that the schools analyzed, some have the recommended items and environments, but still need to be adapted to suit the basic requirements of architectural accessibility.

**Keywords: Engineering; Standard 9050; Reduced mobility.**

## 1. INTRODUÇÃO

A questão da acessibilidade urbana nas ruas, calçadas, estacionamentos, ambiente interno, mobiliários e equipamentos seja público ou privado, além de garantir acesso facilitado a pessoa com mobilidade reduzida consiste em amparar toda e qualquer pessoa que precise de assistência física no seu dia a dia. Os indivíduos apresentam necessidades de acessibilidade ao longo da vida, podendo ser de maneira permanente ou temporária. (BORDIGNON ;CANAN;PIOVESAN,2011).

Assim, ao planejar o ambiente, o profissional deve ter a preocupação de desenvolver um trabalho que torne o espaço acessível a todos, respeitando as diversidades e necessidades individuais de cada um.

Com a criação de legislação que garantem a acessibilidade, muitas obras foram realizadas ou passaram por adequação nos espaços urbanos e nos edifícios existentes, a fim de possibilitar o direito das pessoas de ir e vir, facilitando sua inclusão social, porém ainda há muito a se fazer para que todos os direitos assegurados sejam concretizados.

Diante disso as escolas como ambiente de inclusão social, necessitam estar com seus espaços adequados para atender os direitos em relação à acessibilidade dos seus alunos e demais funcionários com necessidades permanentes e temporárias. (GUERREIRO2012)

As escolas, portanto, devem estar preparadas para receber seus alunos com algum tipo de limitação, sempre com o intuito de facilitar seu acesso aos diferentes espaços. Segundo a LDB9394/96.”Promovendo a inclusão social, o direito à educação, seu pleno desenvolvimento e sua qualificação para o trabalho”.(BRASIL,1996)

O conteúdo descrito nesta pesquisa tem o intuito de trazer informações relevantes sobre a acessibilidade nas Escolas Municipais de Jaciara e com isso contribuir para que haja melhorias nos ambientes escolares e na sociedade como um todo. Com também mostrar a importância da acessibilidade para a sociedade e os bacharelados em Engenharia Civil e Arquitetura.

Esse trabalho tem como objeto de pesquisa o seguinte questionamento: As Escolas Municipais de Jaciara estão adequadas e respeitam a Norma 9050 de Acessibilidade para receber pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida? A pesquisa tem como principal

objetivo verificar as condições arquitetônicas e se atendem a todos os requisitos da Norma 9050 das Escolas Municipais de Jaciara.

A pesquisa será realizada através de um questionário analisando as quatro escolas municipais, bem como através de visitas as unidades para observação e mensuração dos equipamentos, instalações e acessos de entrada aos diferentes espaços. O resultado da pesquisa será analisado de acordo com os requisitos da ABNT9050.

## **2. PROCESSO HISTÓRICO**

Desde os primórdios da história da humanidade já tem se registros da existência de pessoas com deficiências ou algum tipo de limitação física, intelectual ou sensorial. Durante muitos séculos essas pessoas eram vistas das mais diferentes formas, na era medieval, por exemplo, eram considerados como “Castigo Divino”. No decorrer da evolução histórica, passaram da execução sumaria em algumas culturas até ao tratamento humanitário, mais recente.

Nos séculos XV e XVIII no período do Renascimento, fase de avanço das ciências, alguns direitos começaram a ser reconhecido. Alguns países europeus começaram a construir abrigos e locais de tratamentos específicos para atender as pessoas com algum tipo de deficiência. (ARAÚJO, 2015)

Nos Estados Unidos no século XIX, os fuzileiros e marinheiros com algumas deficiências, provocadas por conflitos e guerras, recebiam alimentação e moradia. Já no século XX com o fim da segunda Guerra Mundial e da Guerra do Vietnã, com inúmeros casos de vítimas, apresentando problemas motores e sensoriais, começaram a pensar na questão da acessibilidade, com espaços livres e acessos facilitados para essas pessoas. (SOUZA, 2010)

No ano de 1963 foi criado o conceito de Desenho Universal, por profissionais da área de arquitetura da Faculdade da Carolina do Norte nos Estados Unidos, com o objetivo de criar um projeto de produtos e ambiente, sem que fosse preciso fazer adaptações, com eliminação de obstáculos e barreiras, com acesso livre para atender tanto os deficientes permanentes quanto ocasionais. Segundo Carletto e Cambiaghi (2008), - se dividem em sete principais pontos:

- a) Igualitário (uso equitativo) - Espaços, objetos e produtos podem ser utilizados por pessoas com diferentes capacidades, tornando os ambientes iguais para todos;
- b) Adaptável (uso flexível) - Produtos ou espaços atendem pessoas com diferentes habilidades e diversas preferências, sendo adaptáveis para qualquer uso;
- c) Óbvio (uso simples e intuitivo) - De fácil entendimento, para que uma pessoa possa compreender independente de sua experiência, conhecimento, habilidades de linguagem ou nível de concentração;
- d) Conhecível (de fácil percepção) - Informação é transmitida de forma a atender as necessidades do receptor, seja uma pessoa estrangeira, com dificuldade de visão ou audição;
- e) Seguro (tolerante ao erro) - Previsto para minimizar os riscos e possíveis consequências de ações acidentais ou não intencionais;
- f) Sem esforço (baixo esforço físico) - Para ser usado eficientemente, com conforto e com o mínimo de fadiga;
- g) Abrangente (dimensões razoáveis) – Dimensões apropriadas para o acesso, o alcance, a manipulação e o uso, independentemente do tamanho do corpo, da postura ou mobilidade do usuário.

Com isso, o Desenho Universal tem como objetivo proporcionar produtos e ambientes sem necessidades de adaptações para atender a todos sem exclusão.

No Brasil, a primeira norma sobre acessibilidade se deu no ano de 1983, porém, as Leis e discussões sobre acessibilidade começou efetivamente a partir da Constituição Federal de 1988 que assegurava os “direitos das pessoas com deficiências”. No Art. 227, destaca:

“(…) criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos”.

(CONSTITUIÇÃO FEDERAL, BRASIL, 1988).

A partir da Constituição Federal de 1988 outras leis foram criadas para garantir os direitos das pessoas com mobilidade reduzida ou permanente.

Mas somente com a Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, regulamentada pelo decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 foi criada uma lei específica para acessibilidade.

No Art. 1º a Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário

urbano, na construção e reforma de edifícios e os meios de transportes e de comunicação. (BRASIL,2004)

Portanto, a Lei de Acessibilidade abrange todos os setores da sociedade tanto o público quanto o privado, garantindo o direito das pessoas com deficiências ou com mobilidade reduzida de se integrar com livre acesso aos diferentes ambiente e espaços disponíveis.

Neste aspecto, o ambiente escolar também necessita de ambientes adequados para atender seus alunos e funcionários que apresente algum tipo de dificuldades de mobilidade temporária ou permanente.

Segundo o Conselho Estadual do Estado de Mato Grosso, no capítulo V, artigo 21, prevê que:

“todas as instituições que integram o Sistema Estadual de Ensino devem garantir o acesso e permanência dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, assegurando a acessibilidade, mediante eliminação de obstáculos arquitetônicos urbanísticos, na edificação – incluindo instalações, equipamento e mobiliário...” (CEE/MT, 2009).

A Norma NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas estabelece padrões definidos para projetos de espaços, instalações e mobiliários adequados às condições de acessibilidade. (ABNT/BR 9050,2004)

### **3. NORMA 9050**

A NBR 9050 é uma norma criada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), uma associação civil privada e sem fins lucrativos, fundada em 1940, é considerada de utilidade pública pela Lei nº4.150, de 21 de novembro de 1962. E dentro da ABNT existem os Comitês Brasileiros, chamados de CB, que são órgãos responsáveis pela coordenação, planejamento e execução das atividades de normalização técnica (ABNT,2006).

A NBR 9050 foi criada em 1985, tendo passada até hoje por três revisões, a primeira em 1994, depois em 2004 e por último e uma das mais importantes em Setembro de 2015 que é vigente até os dias atuais. A última revisão deu um destaque maior para o desenho universal de acessibilidade, buscando um padrão que garanta o direito e a cidadania de cada indivíduo da sociedade (MACE,2013).

A Norma é utilizada por engenheiros, arquitetos, construtores e outros profissionais da área e tem como bases seus critérios técnicos, que auxiliam a determinar ambientes e espaços mais acessíveis, tanto no momento da construção como na reforma.

Nela, podemos encontrar todas as adequações para os ambientes e baseada em suas adequações, iremos analisar as escolas, colocamos as partes importantes do que serão abordados na hora do levantamento de acordo com o que a NBR 9050 disponibiliza. De acordo com nosso questionário, precisamos observar as seguintes informações para verificar se as escolas possuem o ambiente acessível.

6.6 Para garantir que uma rampa seja acessível é definido alguns limites máximos para a inclinação. Sua inclinação depende da largura, variando entre 5% para 1,50 m a 8,33% para um raio mínimo de 3 metros.(ABNT/BR 9050,2015)

6.9.2.3 As portas devem ter condições de serem abertas com um único movimento e suas maçanetas devem ser do tipo alavanca, instaladas a uma altura entre 0,80 m e 1,10 m. Quando localizadas em rotas acessíveis, recomenda-se que as portas tenham na sua parte inferior, inclusive no batente, revestimento resistente a impactos provocados por bengalas, muletas e cadeiras de rodas, até a altura de 0,40 m a partir do piso.(ABNT/BR 9050,2015)

7.3. 1 Os sanitários acessíveis devem ser localizados em rotas acessíveis, próxima a circulação principal do ambiente. Obedecendo aos parâmetros da Norma, como as portas e largura mínima de 1,50 m para circulação.(ABNT/BR 9050,2015)

8.6.4 Pelo menos 5% dos sanitários, com no mínimo um sanitário para cada sexo, de uso dos alunos, devem ser acessíveis, conforme seção 7. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.(ABNT/BR 9050,2015)

8.6.2 Deve existir pelo menos uma rota acessível interligando o acesso de alunos às áreas administrativas, de prática esportiva, de recreação, de alimentação, salas de aula, laboratórios, bibliotecas, centros de leitura e demais ambientes pedagógicos. Todos estes ambientes devem ser acessíveis.(ABNT/BR 9050,2015)

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O estudo de caso foi realizado na cidade de Jaciara, localizada na região Sul do estado de Mato Grosso, com cerca de 26 519 habitantes, contendo uma área territorial de 1 676,972 km<sup>2</sup> com altitude de 367 m à cima do nível do mar.

As tabelas a seguir apresentam o levantamento de dados obtidos nas visitas in loco em cada escola. De maneira simples e objetiva, analisamos alguns pontos referente ao que se pede na norma 9050.

Tabela 1 – Dados levantados de visita in loco Escola A.

<b>QUANTOS ALUNOS? QUANTOS ALUNOS COM MOBILIDADE REDUZIDA?</b>	Atende 333 alunos da Educação Infantil ao Ensino Fundamental. E não atende nenhum aluno com mobilidade reduzida.
<b>RAMPAS</b>	As rampas não atendem como a norma sugere.
<b>PORTAS</b>	Atende o que a norma sugere de mínimo 0,80 cm para portas acessíveis.
<b>BANHEIRO</b>	Banheiro com portas de 0,80 a 1,10m. Porém, não atende a circulação dentro do ambiente como sugere a norma.
<b>ROTA ACESSÍVEL</b>	Não existe uma rota acessível para todos os ambientes.

FONTE: AUTOR

Rampas de acesso as salas de aulas, e aos banheiros inadequados, muito inclinadas e não sendo um meio de apoio e sim de risco para as pessoas que circulam por essa área. E dificultado o acesso livre para todos os ambientes. Banheiros com pouco espaço para circulação, dificultando acesso para mais de uma pessoa.

Figura 1 – Rampa de acesso na entrada Escola A



Fonte: Autor



Tabela 2 - Dados levantados de visita in loco Escola B.

<b>QUANTOS ALUNOS? QUANTOS ALUNOS COM MOBILIDADE REDUZIDA?</b>	Atende 900 alunos da Educação Infantil ao Ensino fundamental. E atende uma aluna desde a Educação Infantil, cadeirante.
<b>RAMPAS</b>	Atende a norma de inclinação e largura corretos.
<b>PORTAS</b>	Atende o que a norma sugere de mínimo 0,80 m as portas.
<b>BANHEIRO</b>	Banheiro com portas de 0,80 a 1,10 m. Circulação e corre mão corretos.
<b>ROTA ACESSÍVEL</b>	Rota acessível para todos os ambientes.

FONTE: AUTOR

De todas as visitas, a escola B foi onde se adequava com a norma. O acesso livre existente, é inclusivo, direcionando todas as pessoas por todos os ambientes sem qualquer obstáculo. Única dificuldade, é a rampa de acesso da entrada lateral, sendo muito inclinada e com alguns trechos quebrados.

Figura 2 – Entrada da Escola B



Fonte: Autor

Tabela 3 - Dados levantados de visita in loco Escola C.

<b>QUANTOS ALUNOS? QUANTOS ALUNOS COM MOBILIDADE REDUZIDA?</b>	Atende 250 alunos da Educação Infantil ao primeiro ano do Ensino Fundamental. E Atende um aluno da Educação Infantil que necessita do auxílio de um andador.
<b>RAMPAS</b>	Nem todas as rampas estão adequadas de acordo com a norma. São parciais.
<b>PORTAS</b>	Atende o que a norma sugere de mínimo 0,80 cm as portas.
<b>BANHEIRO</b>	Banheiro com portas de 0,80 a 1,10 m. Circulação apropriada, mas sem corre mãos.
<b>ROTA ACESSÍVEL</b>	Não existe uma rota acessível para todos os ambientes.

FONTE: AUTOR

As rampas existentes, sem encontram em todos os lugares e algumas com degraus muito alto e dificultando a rota acessível para os ambientes. Banheiros com largura adequada para circulação, mas sem corre mãos.

Figura 3 – Rampa de Acesso na entrada Escola C



Fonte: Autor

Tabela 4 - Dados levantados de visita in loco Escola D.

<b>QUANTOS ALUNOS? QUANTOS ALUNOS COM MOBILIDADE REDUZIDA?</b>	Atende 425 alunos da Educação Infantil ao Ensino Fundamental. E Não atende nenhum aluno com mobilidade reduzida.
<b>RAMPAS</b>	As rampas não atendem como a norma sugere.
<b>PORTAS</b>	Parcial. Nem todas as portas são de acordo como a norma sugere.
<b>BANHEIRO</b>	Banheiro com portas de 0,80 a 1,10m. Porém, não atende a circulação como sugere a norma.
<b>ROTA ACESSÍVEL</b>	Não existe uma rota acessível para todos os ambientes.

FONTE: AUTOR

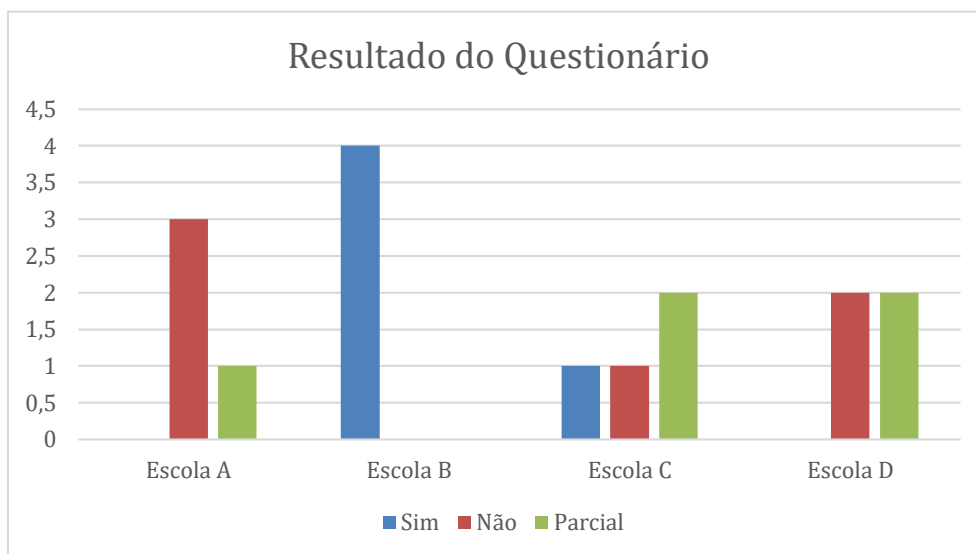
As rampas são completamente fora de norma, com alto risco de acidentes, por serem muito altas e muito inclinadas. Portas com 0.70 cm de largura, não se adequando com o que a norma pede. E por contas das rampas inadequadas, dificulta para uma rota acessível.

Figura 4 – Banheiros Escola D



Fonte: Autor

De acordo com o questionário, com recomendações baseadas na Norma 9050/2015 verificado nas visitas in loco, é possível observar o gráfico a baixo:



Fonte: Pesquisa realizada nas escolas públicas de Jaciara- MT

De acordo com as perguntas, foi possível verificar o nível de adequação das escolas visitadas. É possível observar a quantidade de número de resposta referente a cada pergunta, que são:

1 – De acordo com o item 6.6 da Norma 9050 descrito no presente artigo, as rampas existentes na Escola atende as inclinações e larguras de 1,50m a 3,0 m corretos?

SIM                       NÃO                       PARCIAL

2 – As portas de banheiros, salas de aulas e demais ambientes atendem as larguras corretas, de 0,80cm a 1,10 m?

SIM                       NÃO                       PARCIAL

3 – Nos banheiros, obedece a norma de acordo com largura das portas e circulação livre de no mínimo 1,50 m ?

SIM                       NÃO                       PARCIAL

4 – Existe alguma rota acessível na Escola, para todos os ambientes, sem obstáculos e degraus?

SIM                       NÃO                       PARCIAL

## 5. CONCLUSÃO

A acessibilidade promove a inclusão das pessoas com dificuldade de locomoção, possibilitando ir e vir com autonomia nos diferentes espaços do seu cotidiano.

Deparamo-nos ainda com muitos ambientes públicos sem acessibilidade ou com algumas adaptações que não proporciona condições suficientes para atender as demandas das pessoas com mobilidade reduzida que necessitam transitar naquele ambiente.

Muitas leis foram criadas visando a garantia dos direitos, promovendo melhorias e adaptações para consolidar a inclusão de todos, visando uma sociedade mais justa e igualitária.

A Norma da ABNT 9050 tem um papel fundamental para que se cumpra os requisitos arquitetônicos nas áreas públicas, dispondo de instrumentos construtivos com objetivo de minimizar as dificuldades que as pessoas encontram para se locomover no seu dia a dia.

A escola é parte integrante e primordial no papel da inclusão, local que se aprende a respeitar e conscientizar a importância da inclusão de todos, assim devendo ir além dos ambientes da escola, chegando a sociedade.

A pesquisa realizada nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental de Jaciara mostrou que algumas escolas precisam de adaptações e construções para adequar seus prédios as Normas estabelecidas.

Diante do levantamento realizado in loco, foi possível observar a falta de fiscalização do poder público diante de um assunto tão importante. Nota-se a importância de um profissional que siga as normas para a elaboração de projetos. Já que algumas adaptações já foram realizadas, mas no entanto não estão de acordo com a Norma da ABNT 9050.

## REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. **Comitê Brasileiro de Acessibilidade: ABNT, 2004.**

Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. **Comitê Brasileiro de Acessibilidade: ABNT, 2015.**

ALMEIDA, I. M. D. S. **ACESSIBILIDADE FÍSICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS. Um problema de gestão?**. UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 1-15, nov./2012.

ARAUJO, E. H. S. **ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA FACULDADE DE DIREITO DA UFBA.** UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS - IHAC Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade-PPGEISU, Salvador , v. 1, n. 2, p. 3-5, out./2015.

DALCUL, Aline; BERSELLI, Marcia. **Acessibilidade no ambiente escolar: problemas e desafios baseados na observação de escolas em Santa Maria/RS.** Extensão em Foco, Paraná, v. 21, n. 3, p. 1-17, jul./2019.

GUERREIRO, E. M. B. R. **A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência.** Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 25, n. 43, p. 217-232, mai./2012.

MACE, L. Ronald; HARDIE, J. Graeme; PLACE, P. Jaine. **Accessible Environments: Toward Universal Design.** Disponível em: . Acesso em: 11 set. 2013.

MELO, J. D. R. D. S. C. A. S. M. D. **O estudo da evolução da acessibilidade e mobilidade enquanto fator fundamental de inclusão no processo de urbanização contemporâneo.** Periódico Eletrônico Fórum ambiental da Alta Paulista, São Paulo, v. 12, n. 04, p. 13-34, nov./2016.

PIOVESAN, K. K. D. O. B. S. R. C. J. **ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE FREDERICO WESTPHALEN PARA EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA : Limites e Possibilidades da Inclusão.** Contexto Saúde, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 123-132, jun./2011.

SARAIVA<sup>2</sup>, J. D. A. P. J. M. **TRAJETÓRIA HISTÓRICO SOCIAL DA POPULAÇÃO DEFICIENTE: DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO SOCIAL: Te social historical trajectory of persons with disabilities: from exclusion to social inclusion.** SER Social, Brasília, v. 19, n. 40, p. 168-185, jan./2017.

SOUZA, A. C. S. D. **PASSADO, PRESENTE E FUTURO NOS CAMINHOS DA ACESSIBILIDADE.** Pandora Brasil, brasil, v. 14, n. 20, p. 120-134, abr./2014.

STAMATO; GOBBI, Ana Beatriz<sup>1</sup>; CRIS, Maria. ACESSIBILIDADE NO BRASIL: UM PANORAMA SOBRE O ACESSO A CULTURA AUDIOVISUAL. IIS Sippedes , São Paulo , v. 10, n. 23, p. 16-34, mai./2016.

TAGLIARI, Carina; TRÊS, Francesca; OLIVEIRA, S. G. D. **Análise da acessibilidade dos portadores de deficiência física nas escolas da rede pública de Passo Fundo e o papel do fisioterapeuta no ambiente escolar.** REVISTA NEUROCIÊNCIAS, Passo Fundo, v. 14, n. 41, p. 10-14, jan./2006.